

## **Aspectos lingüísticos e sociais na construção do *ethos* – uma proposta de análise**

**Carla Leila Oliveira Campos** – IPTAN

Doutoranda em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

E-mail: carlacampos@mgconecta.com.br

Fone: (32)3372-3420

Data de recepção: 30/08/2007

Data de aprovação: 05/06/2008

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo, através da adoção da noção de discurso enquanto troca entre os parceiros do ato comunicativo (CHARAUDEAU 1984; 1992), analisar a construção do *ethos* discursivo no discurso de posse do presidente Marechal Castelo Branco. Para tanto, além da teoria do discurso acima proposta adotará uma concepção de *ethos* que o considera como presente em todas as manifestações discursivas. Dentro desse quadro teórico, nossas análises apontaram para o *ethos* de um enunciador que, se enquanto sujeito social chegou à presidência após um golpe de estado, enquanto sujeito do discurso procura legitimar seu dizer construindo para si uma imagem calcada em valores socialmente aceitos, como democracia e inclusão social.

**Palavras-chave:** *Ethos* – Discurso político Semiolingüística.

## Introdução

Adotando a noção de discurso enquanto troca entre os parceiros do ato comunicativo, desenvolvida pela Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (1984; 1992), este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise do *ethos* discursivo em um pronunciamento de posse do período militar no Brasil. Dessa forma, utilizaremos como *corpus* o discurso de posse do Marechal Castelo Branco (1964-1967) – primeiro presidente pós-golpe de 64 – procurando observar como é construída a imagem do sujeito discursivo nesse texto. Para tanto, utilizaremos como categoria de análise o modo enunciativo de organização do discurso, mais especificamente em seu ato elocutivo, proposto por Charaudeau (1992).

Ressaltamos que adotaremos uma visão de *ethos* enquanto construção discursiva, não nos interessando, pois, o sujeito empírico, mas sim o sujeito inscrito no discurso. Gostaríamos de pontuar ainda que, ao afirmar que não nos interessa o sujeito empírico do Marechal Castelo Branco, não estamos colocando em segundo plano a inscrição sócio-histórica do discurso, já que para Charaudeau (1992) não se pode falar em ato comunicativo desligado de sua situação de enunciação.

Com o objetivo, pois, de observar como o sujeito discursivo se posiciona em relação ao seu dizer, ou como se dá a constituição do *ethos* em nosso *corpus*, o presente trabalho será dividido em quatro momentos. Na primeira parte do trabalho,

procuraremos apresentar algumas considerações acerca do termo *ethos*, destacando aquela à qual nos filiaremos. Posteriormente, veremos algumas concepções fundamentais sobre a Teoria Semiolingüística e as relações entre esta e a constituição do *ethos*. Em um terceiro momento, a partir das discussões teóricas apresentadas nas duas partes precedentes, analisaremos a construção discursiva do *ethos* no discurso de posse em questão, inserindo-o em sua situação sócio-histórica de acontecimento. E, finalmente, com base em tais análises, apresentaremos alguns comentários à guisa de conclusão.

### *1 – Ethos*

Abordado pela Retórica Clássica, o *ethos* se constitui em uma das temáticas de análise do texto. Assim, segundo Pauliukonis (2003, p. 40),

Ao propor as temáticas para análise, Aristóteles alega que um discurso pode ser visto a partir do *logos*, que contempla a argumentação ou o discurso em si mesmo, a partir do *pathos*, que se refere ao enunciatário, ou à instância de recepção, ou a partir do *ethos*, que constitui o caráter do orador e as paixões que ele provoca no auditório.

O *ethos* se constitui, portanto, na apresentação de si efetuada pelo locutor em seu discurso. Quando falamos em apresentação de si, não estamos dizendo que o locutor enumere suas qualidades, nem que fale explicitamente de si. A representação de si se dá através de seu estilo, suas crenças, suas

competências lingüísticas e enciclopédicas e na relação que estabelece com seu dizer.

É nesses termos que Ducrot (1984), *apud* Ruth Amossy (2005, p. 15) afirma que:

Analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala. É nesse ponto preciso que Ducrot recorra à noção de *ethos*: “O *ethos* está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contra-partida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”.

É, pois, de acordo com essa consideração de Ducrot, que Maingueneau (2005) desenvolve uma noção de *ethos* que, ao afastá-lo da retórica clássica, o insere em uma concepção que o considera como presente em todas as manifestações discursivas:

Minha primeira deformação (alguns dirão 'traição') do *ethos* consistiu em reformulá-lo em um quadro da análise do discurso que, longe de reservá-lo à eloquência judiciária ou mesmo à oralidade, propõe que qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem disse. (MAINGUENEAU, 2005, p. 72).

De acordo com tal citação, percebemos que, para Maingueneau, o *ethos* se constitui em uma dimensão discursiva que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo.

Outro postulado abordado nos estudos de Maingueneau sobre o *ethos* e que nos interessa aqui é a relação que o autor estabelece entre o *ethos* e a cenografia textual. Segundo o autor, na constituição do seu dizer, o locutor adota uma certa cenografia – mais ou menos livre de acordo com o gênero discursivo em questão – e o *ethos* seria um dos elementos constituintes dessa cenografia. Assim, no discurso político, um candidato pode falar a seus eleitores através de uma multiplicidade de cenografias e, de acordo com cada uma delas, assumir um determinado *ethos*. Com isso, Maingueneau, não quer afirmar que a representação de si no discurso seja uma atitude tomada conscientemente por parte do locutor. Muito pelo contrário, o que o autor quer questionar é justamente essa primazia, dada pela Retórica, do sujeito sobre o seu dizer:

O enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado. Na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte constitutiva

da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. (MAINGUENEAU, 2005, p. 75).

Como podemos perceber, ao tratar da questão do *ethos*, Maingueneau procura destacar a importância de se abordá-lo como uma construção discursiva, passível de ser reconhecida a partir das marcas enunciativas do discurso. Para o autor, a noção de *ethos* pré-discursivo não teria importância, já que é a partir do seu dizer que o locutor irá construir a imagem de si.

Concordamos, pois, com o autor quando este afirma que é via discurso que o locutor constrói a imagem de si. Entretanto, gostaríamos de destacar que não se pode negar a importância do *ethos* pré-discursivo na constituição dessa imagem de si. Não o *ethos* pré-discursivo de um sujeito empírico, mas de um sujeito social e historicamente inscrito, o qual pode através de seu discurso procurar reafirmar essa imagem pré-discursiva de si, ou negá-la. É o caso, por exemplo, do *corpus* que pretendemos analisar: como apagar o *ethos* pré-discursivo de um sujeito histórico que, após participar do Golpe Militar de 64, assume a presidência do país?

Outra importante característica do *ethos* que gostaríamos de destacar brevemente está relacionada à questão da legitimidade por ele instaurada:

O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à figura desse “fiador” que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer. (MAINGUENEAU, 2005, p. 73).

Nesse sentido, o *ethos* assume uma importância fundamental ao discurso, pois é através da construção da imagem de si que o enunciador legitima seu próprio dizer, construindo uma imagem calcada em valores historicamente aceitos, de acordo com uma situação dada.

## **2 – Teoria Semiolingüística**

A proposta teórica da Semiolingüística procura a compreensão do ato comunicativo ligado à sua situação de comunicação. Assim, a construção do sentido é vista como “ato de um sujeito que se dirige a um outro sujeito, em uma situação de troca particular” (MACHADO, 2000, p. 1). Poderíamos afirmar, então, que a abordagem lingüística aqui defendida

seria sócio-comunicativa, pois considera qualquer ato de linguagem um fenômeno interativo, procurando estabelecer uma relação entre linguagem e o meio social.

Nesses termos, segundo Charaudeau (1992), cada ato de linguagem é dotado de três níveis:

- O situacional – que vai tratar das circunstâncias de comunicação.
- O comunicacional – aborda as maneiras de dizer e os papéis languageiros dos sujeitos sociais envolvidos na situação de troca.
- O discursivo – trata das normas e singularidades discursivas do ato de linguagem.

Ao propor uma visão interacionista da linguagem, Charaudeau (1992) afirma que todo *projeto de fala* é dotado de uma intencionalidade, na medida em que as trocas languageiras são fundamentadas na execução desse projeto. Para tanto, o locutor põe em prática estratégias de comunicação na sua expedição para atingir o outro.

Também na busca de atingir o outro e cumprir seu projeto de fala, o locutor (ou EUE – Eu enunciador) tem em suas mãos modos de organização do discurso. Esses modos seriam: o modo de organização enunciativo, o modo de organização descritivo, o modo de organização narrativo e, finalmente, o modo de organização argumentativo.

Como o nosso objetivo neste trabalho consiste na análise do *ethos* discursivo, nos deteremos apenas na explicitação do modo de organização enunciativo, por ser ele justamente o que vai mostrar a presença do locutor no discurso:

[...] o modo enunciativo permite-nos, através da análise dos elementos lingüísticos da modalização, por exemplo, captar a relação que o sujeito falante estabelece com os fatos a serem relatados, permitindo determinar as relações enunciativas estabelecidas no texto. (ASSUNÇÃO, 1998, p. 124).

Assim, pelo modo enunciativo de organização do discurso, o EUE pode:

- 1 – enunciar a sua posição em relação ao seu interlocutor – ato alocutivo;
- 2 – enunciar a sua posição em relação ao seu dito – ato elocutivo;
- 3 – enunciar a sua relação com o outro, apagando-se, o que produz uma enunciação aparentemente objetiva – ato delocutivo.

Considerando o objetivo de nosso trabalho, utilizaremos como categoria de análise o ato elocutivo, pois é justamente ele que vai tratar da relação do locutor com o seu dito, da posição que tal locutor assume em relação ao mundo instaurado pelo seu dizer, determinando a imagem de si que o EUE constrói em seu discurso.

### **3 – Construção do *ethos* no discurso político: uma proposta de análise**

Segundo Charaudeau (1992), as trocas languageiras entre os parceiros do ato comunicativo são regidas por um conjunto de normas social e culturalmente estabelecidas, as quais devem ser observadas para que o discurso seja eficiente. Dessa forma, as trocas lingüísticas estariam, de certa forma, delimitadas por esse *contrato de comunicação*.

No caso específico do nosso trabalho, o contrato a reger a troca languageira seria o contrato do discurso político, mais especificamente do discurso político de posse, já que este possui suas regras específicas de ocorrência. Assim, diferentemente do discurso político eleitoral, por exemplo, o homem político não mais necessita utilizar estratégias para captação de votos, já que agora ele se encontra na posição de eleito.

O discurso político de posse seria, dessa forma, uma espécie de agradecimento, de celebração e de confirmação de planos de governo genéricos prometidos durante o período eleitoral (BOMFIM, 2004), sendo regido pelo seguinte conjunto de regras: o homem da política, agora ocupando uma posição de governância, se dirige à Nação, ou a uma audiência seleta, para realizar seu projeto de fala. Esse, como já dito, deve trazer seu agradecimento pela confiança nele depositada,

comemorar sua vitória e reafirmar seus planos de governo. À audiência, por sua vez, ou ao TUD (Tu destinatário), não cabe o direito de interferir em seu dizer, não havendo espaço, portanto, para o debate. É um discurso que se caracteriza pela formalidade, tanto na sua constituição quanto na sua situação de ocorrência, na medida em que, além de ser um discurso preparando cuidadosamente escrito para ser lido, deve obedecer a todas as regras do ritual de posse.

No caso específico que nos propusemos analisar, essa situação de comunicação apresenta outras particularidades. É o discurso de um marechal que, após um golpe militar, assume a presidência do país. Não houve, portanto, processo eleitoral com a participação da população como um todo, já que o presidente chegou ao poder nomeado por um colégio eleitoral restrito. Assim, podemos concluir que seu pronunciamento de posse nada mais é do que o puro cumprimento do ritual.

Considerando, pois, a situação histórico-social na qual o discurso do Marechal Castelo Branco se situa, procuraremos, a partir de agora, tecer algumas considerações a respeito da construção de seu *ethos* no pronunciamento de posse. Como já dito neste trabalho, utilizaremos como categoria de análise o ato elocutivo do modo enunciativo de organização do discurso, proposto por Patrick Charaudeau (1992). A ele procuraremos relacionar a noção de *ethos* já apresentada neste estudo, principalmente vinculada à teoria de Maingueneau (2005). A opção por tal abordagem do *ethos* deve-se ao fato de ser ela compatível com a noção de discurso enquanto troca entre

parceiros proposta por Charaudeau (*op. cit.*), já que, como vimos, para Maingueneau, a construção do *ethos* ocorre nesse processo de interação lingüística.

De acordo com as discussões teóricas até então apresentadas, procuraremos, a partir de agora, através de trechos selecionados do pronunciamento de posse do Marechal Castelo Branco, observar como o seu discurso procura construir sua imagem. Desse modo, em um primeiro contato com seu pronunciamento, observamos que, apesar de ter sido eleito por um colégio eleitoral, o locutor procura a legitimação do processo eleitoral indireto, utilizando-se de elementos do discurso deliberativo, pois está calcado na apresentação de argumentos para convencer a audiência das medidas a serem tomadas.

Tratando da questão do ato elocutivo, Ferreira (2001, p. 63) afirma que através dele o EUE “faz um enunciado sobre onde situa o seu lugar frente ao mundo”, ou seja, ele enuncia sua posição frente ao seu dizer. Essa posição, por sua vez, pode, segundo Assunção (1998), ser de “saber, avaliação, motivação, engajamento, decisão por relatar o que diz sobre o mundo”. Assim, considerando o nosso *corpus* de análise, percebemos os seguintes posicionamentos por parte do EUE:

1 – O locutor enuncia sua posição frente ao seu juramento:

Na singular significação desta solenidade cívica [...] desejo assegurar que o juramento agora proferido [...] encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideais que nos

acompanham e inspiram desde os dias da juventude.

Nesse trecho, percebemos que o locutor procura construir uma imagem de si calcada no desejo de assegurar que seu governo será guiado por sentimentos e ideais que o acompanham desde a juventude, estabelecendo uma imagem de si como alguém que acredita na realização dos sonhos. Ele se apresenta como alguém que tem segurança em relação ao seu dizer, que “assegura” que seu juramento contém muito mais do que o cumprimento do ritual.

2 – O locutor enuncia sua posição frente às suas medidas governamentais, apresentando suas apreciações em relação a essas: “Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do país”.

Ao enunciar sua posição frente a seus objetivos enquanto governante do Brasil, o discurso constrói um *ethos* de um locutor honrado e leal, determinado e escravo das leis. Com isso, o locutor procura a legitimidade de seu dizer, na medida em que se apresenta enquanto portador de características pessoais valorizadas culturalmente.

3 – O locutor enuncia sua posição frente ao seu governo e a si enquanto presidente:

Meu Governo [...] será um Governo firmemente voltado para o futuro.

Meu governo será o das leis, das tradições e princípios morais que refletem a alma brasileira [...].

Caminharemos para frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária [...].

Serei o presidente de todos e não [serei] o chefe de uma facção.

Também na avaliação de seu governo e de sua figura enquanto presidente o locutor constrói seu *ethos* baseado em valores legitimados pela sociedade, valores como o progresso, as leis, as tradições, princípios morais e a liberdade de opinião, representada na sua convicção de que não se pretende a criação de *uma direita reacionária*.

4 – O locutor enuncia sua posição frente ao seu dizer:

“Nem exagero ao dizer que nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com paixão de uma cruzada para a qual é preciso convocar todos os brasileiros”.

Nesse enunciado, o locutor destaca a sua imagem como a de um homem comedido, que não exagera em seu dizer, denotando, mais uma vez, segurança frente ao que pronuncia.

5 – O locutor enuncia a sua posição frente a sua tarefa:

“A mim, entretanto, proporciona nítida idéia da

grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade”.

Na construção da imagem de si, o locutor se coloca como aquele que avalia a sua tarefa como um grande empreendimento que corresponde às expectativas da nacionalidade, legitimando agora os deveres a serem cumpridos pelo seu governo, já que estes correspondem ao desejo da nação, e não apenas do grupo militar responsável pelo golpe.

6 – O locutor enuncia sua posição frente ao cumprimento de determinados valores:

Sustentarei, com todas as forças, a união, a integridade e a independência desta Pátria [...].

Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação [...].

Promoverei, sem desânimo, sem fadiga, o bem estar geral do Brasil.

Nesses trechos de seu pronunciamento de posse, o locutor aposta na construção do *ethos* de um líder disposto a trabalhar sem desânimo, incansavelmente, para que valores legitimados como a união, a integridade, a independência e o bem-estar na Nação sejam respeitados e mantidos. Mais uma vez, ele se coloca como alguém preocupado com a Nação como um todo, representada pelas seguintes escolhas lexicais: Pátria, Nação, Brasil.

7 – O locutor enuncia sua posição frente ao desenvolvimento e à inflação:

“Creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna”.

Nesse enunciado, o locutor se apresenta como alguém que crê, que acredita no desenvolvimento do país. Em tom quase de confissão, o locutor ressalta que a sua crença não admite, porém, que o desenvolvimento se faça *à sombra* dos menos favorecidos economicamente. Com isso, ele procura alcançar a legitimação e o reconhecimento agora frente a um grupo determinado de brasileiros, a saber, aqueles desfavorecidos economicamente.

8 – O locutor enuncia sua posição frente ao processo eleitoral:

“Os votos dos representantes da Nação, na escolha para governar em hora difícil, valem por certo pela maior honra que o cidadão poderia receber”.

Nesse trecho, buscando o reconhecimento do processo eleitoral, o locutor busca confirmar mais uma vez a legitimidade de seu governo, avaliando o processo que o levou a ocupar o cargo, como uma atitude honrada dos representantes da Nação, como se esta própria o tivesse eleito.

Considerando as condições histórico-culturais nas quais o discurso se insere, percebemos, portanto, que na

construção do seu *ethos* o locutor procura apagar ou redimensionar o seu *ethos-prévio* – o de um militar que, após um golpe de estado, assume a presidência do país – em prol de um *ethos* de governante já legitimado: aquele que está comprometido com o bem-estar geral da população, que não pretende excluir nenhum grupo social de seu governo, aquele que foi escolhido por representantes da Nação, que respeita as leis, a independência, as tradições e que acredita no desenvolvimento sem exclusão social. Esses valores constituiriam, desse modo, nos “valores historicamente especificados” que, segundo Maingueneau (2005), concorreriam para o poder de persuasão do discurso, de forma a levar o leitor a se identificar com o *ethos* do sujeito comunicante na partilha de tais valores.

### **Considerações finais**

Em trabalho intitulado *Semiolingüística e Política*, Menezes (2005) afirma, citando Weber, que há três fontes de autoridade validadas no campo da política. A primeira seria de caráter racional e estaria baseada na legitimidade da ordem e no direito de mando daqueles nomeados por essa ordem para exercer o comando. A segunda seria a de caráter tradicional e se basearia na crença na legitimidade das tradições e daquele que, nomeado pelas tradições, representa uma autoridade. A terceira, por sua vez, se basearia “na veneração extracotidiana da santidade, do poder e das ordens por esta reveladas ou criadas” (MENEZES, 2005, p. 170).

Dessa forma, segundo Menezes (*op. cit.*), o sujeito comunicante, para se dirigir ao sujeito interpretante, precisa validar alguma dessas imagens ou mais de uma no espaço de seu dizer na medida em que é pelo discurso que a legitimidade pode se manifestar. Dessa forma, considerando a análise dos exemplos acima realizada, podemos afirmar que na busca pela legitimação de seu *ethos* o locutor em questão utiliza-se de duas dessas fontes de autoridade na construção da imagem de si: a de caráter racional e a de caráter tradicional. Como observado na análise, ele se apresenta como o governante da ordem e do direito constitucional, mas também como aquele que acredita na legitimidade das tradições.

Assim, como vimos, é no processo de interação do espaço do dizer que o sujeito comunicante, ao construir seu *ethos calcado* em imaginários e valores socialmente partilhados, procura legitimar seu discurso e, conseqüentemente, sua imagem enquanto governante, apagando ou redimensionando qualquer imagem de si pré-discursivamente estabelecida. Nesses termos, ao enunciar sua posição frente ao seu dizer, o locutor procura legitimar seu discurso, como vimos, através da filiação de seu *ethos* a valores historicamente aceitos.

## Referências

- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à Análise do Discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.
- ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. “Caso Encerrado”: análise semiolinguística de uma reportagem político-policial impressa. In: MACHADO, I. L.; LYSARDO-DIAS, D. *Teorias e Práticas Discursivas: estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG. Carol Borges, 1998. p. 123-140.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langages et discours*. Paris: Hachette, 1984.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- FERREIRA, Jairo. A significação em listas de discussão. *Colabora*, Curitiba, v.1, n. 1, p. 57-71, ago. 2001. Disponível em: [www.gemini.ricesu.com.br/colabora/n2/artigos/n\\_2/id04.php](http://www.gemini.ricesu.com.br/colabora/n2/artigos/n_2/id04.php) Acesso em: 17 jul. 2005.
- MACHADO, Ida Lúcia. A Análise Discursiva Semiolinguística e a Tradução. *Coll: Consultoria de Língua Portuguesa e Literatura*, Rio de Janeiro, nov. 2000. Disponível em: [www.collconsultoria.com/artigo8.htm](http://www.collconsultoria.com/artigo8.htm). Acesso em: 17 jul. 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.
- MENEZES, William Augusto. Semiolinguística e política. In: MACHADO, I. L. et al. *Movimentos de um Percorso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005. p. 149-175.
- PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.) *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 38-50.

## Linguistic and social aspects of construction of *ethos* – a proposal of analysis

### Abstract

The present paper aims at analysing the construction of discursive *ethos* in President Marechal Castelo Branco's inauguration speech through the adoption of the notion of discourse as an exchange between partners of the communicative act (CHARAUDEAU 1984; 1992). For that reason, in addition to the theory above mentioned, this work will adopt the concept of *ethos* existent in all discursive manifestations. Within this theoretical approach, our analysis pointed out to the enunciator's *ethos* that as social subject reached the presidency after a putsch. However, as subject of discourse he aimed at legitimating himself by constructing an image based on socially accepted values such as democracy and social inclusion.

**Keywords:** *Ethos* – political speech - semiolinguistics